



CERTIFICAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA DE ALIMENTOS

ANEXO 5: REQUISITOS DO OC PARA USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (ICT)

ÍNDICE

- 1. Objetivo2
- 2. Escopo2
- 3. Realização de auditorias usando ICT.....2
- 4. Princípios gerais.....3
- 5. Equipe da auditoria8

REVISION HISTORY

Date Published	Issue	Changes
October 2023	1.0	First publication
November 2023	1.1	Editorial updates made to ensure correct terminology was used.

1. OBJETIVO

Este Anexo descreve os requisitos para o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (sigla em inglês: ICT) dos Organismos de Certificação relativos às atividades de auditoria FSSC 22000.

2. ESCOPO

O escopo deste documento abrange o seguinte:

- Realização de auditorias FSSC 22000 usando a Tecnologia da Informação e Comunicação (ICT).
- Requisitos e atividades do auditor do OC.

A ICT usa a tecnologia para reunir, armazenar, recuperar, processar, analisar e transmitir informações. Inclui software e hardware, como smartphones, dispositivos manuais, notebooks, computadores de mesa, drones, câmeras de vídeo, tecnologia usável, inteligência artificial e outros. O uso da ICT pode ser apropriado para auditar/avaliar local e remotamente.

Com a evolução da tecnologia e aumento das restrições de tempo nas empresas, é necessário considerar métodos alternativos para a entrega de atividades de auditoria, sem deixar de cumprir com os objetivos da auditoria e garantindo um processo de auditoria robusto.

O Documento Mandatário (MD, na sigla em inglês) 4 do IAF para o *Uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (ICT) para Fins de Auditoria/Avaliação* (versão mais recente) deve ser usado pelos OCs como documento normativo, em conjunto com os requisitos definidos neste Anexo.

3. REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS USANDO ICT

O método padrão para a realização de auditorias FSSC 22000 é totalmente on-site, como descrito na Parte 3 do Esquema. Uma opção alternativa e voluntária agora pode ser utilizada quando os critérios são cumpridos, com a entrega da auditoria FSSC 22000 como um processo dividido, utilizando a ICT. Ela é chamada de auditoria via ICT, que é voluntária e deve ser mutuamente acordada entre o OC e a organização certificada, antes da auditoria.

A auditoria via ICT consiste em duas (2) componentes, que devem ser entregues na seguinte ordem:

Etapla 1: Componente de auditoria remota, que consiste na análise de documentos e entrevistas com os funcionários chave, usando a ICT.

Etapla 2: Componente de auditoria on-site, centrada na implementação e verificação do SGSA (incluindo HACCP), PPRs, a inspeção física do processo de produção e os demais requisitos não cobertos durante a auditoria remota.

Embora seja preferível realizar, primeiro, a componente de auditoria remota, é possível inverter a sequência e começar com a componente de auditoria on-site. Quando a sequência for invertida, pode ser exigido ao auditor que verifique novamente a atividade de um produto/processo on-site, com base no resultado da componente de auditoria remota, que pode resultar na necessidade de

auditor voltar ao site para verificar essa atividade. Neste caso, o OC e a organização devem aceitar este risco por escrito antes da entrega da Auditoria via ICT nessa ordem. Quando for necessário que o auditor volte ao site para a atividade de verificação, isso é considerado como parte da auditoria regular e deve ser concluído no prazo de 30 dias.

A auditoria não é considerada concluída até todas as componentes serem entregues.

As componentes da auditoria (remota + on-site) também podem ser entregues ao mesmo tempo, quando for utilizada uma equipe de auditoria.

Durante a **auditoria remota**, as atividades de avaliação são realizadas de um local diferente da localização física da organização auditada, enquanto na **auditoria on-site**, as atividades de avaliação são realizadas no local físico da organização auditada.

O OC deve realizar uma avaliação de viabilidade para determinar, em conjunto com a organização certificada, se a auditoria via ICT é uma opção viável. O OC deve ter procedimentos documentados, incluindo critérios de avaliação e aprovação da Auditoria via ICT. Essa avaliação de viabilidade deve ser realizada e documentada antes da auditoria, considerando os membros da equipe de auditoria e a organização auditada.

Ao realizar a avaliação de viabilidade, deve-se considerar o seguinte:

- a) A maturidade do SGSA da organização certificada e o histórico de desempenho;
- b) Se a organização certificada permite e acomoda a auditoria remota (isto é, disponibilidade dos registros em formato eletrônico ou leitor de documentos), incluindo proteção de dados e medidas de segurança;
- c) As ferramentas ICT a serem utilizadas;
- d) Se a organização certificada e/ou o OC têm representantes capazes de se comunicar no mesmo idioma;
- e) Se o OC e a organização certificada tiverem a capacidade e a habilidade para realizar a auditoria remota utilizando o meio/fórum escolhido da auditoria remota; e
- f) Impacto na duração e no planejamento da auditoria, isto é, quando poderia ser necessário mais tempo, devido ao uso da ICT.

4. PRINCÍPIOS GERAIS

- a) Se a auditoria via ICT for considerada uma opção viável, os meios da ICT deverão ser testados com a organização certificada antes da auditoria remota planejada, para confirmar que a ICT é apropriada, adequada e efetiva. A viabilidade depende também da qualidade da conexão on-line. Uma banda larga fraca ou capacidade limitada de hardware podem retardar o processo ao ponto de ser ineficiente.
- b) Deve-se proporcionar suporte/treinamento adequados no uso da ICT ao auditor e aos outros membros da equipe de auditoria, antes da auditoria remota. O OC deve manter registros desses treinamentos e carregá-los no registro do auditor na Plataforma de garantia.
- c) Os requisitos do IAF MD4 devem ser seguidos. Este documento obrigatório define as regras que os Organismos de certificação e seus auditores devem seguir para garantir que a ICT é usada para otimizar a eficiência e a eficácia da auditoria/avaliação, além de respaldar e manter a integridade do processo de auditoria.

- d) O OC deve incluir os requisitos do IAF MD4 em seus procedimentos para o uso da ICT e a competência dos funcionários.
- e) Segurança e confidencialidade dos dados: para preparar o uso da ICT todos os requisitos da certificação, legais e do cliente, relativos à confidencialidade, segurança e proteção de dados devem ser identificados e sua efetiva implementação assegurada. Isso significa que tanto o auditor como o auditado concordam com o uso da ICT e com as medidas tomadas para cumprir esses requisitos.
- f) Tanto a auditoria remota como a auditoria on-site deve ser realizada por um auditor(es) qualificado(s) FSSC 22000. A equipe de auditoria deve ter a competência combinada para as subcategorias da cadeia de alimentos que suportem o escopo da auditoria. O auditor responsável pela componente on-site da auditoria, além das atividades relacionadas com produto/processo (avaliação de atividades de produto/processo, estudos HACCP, etc.) deve ter competência na subcategoria da cadeia de alimentos ou na categoria quando não houver subcategoria, ligada ao escopo da auditoria.
- g) Normalmente, a componente de auditoria remota será de 0,5 a 1 dia e a auditoria de verificação on-site, o restante da duração total da auditoria anual regular. A componente de auditoria on-site não pode ser inferior a 1 dia e deve ter, no mínimo, 50% da duração total da auditoria. Ao determinar o tempo gasto on-site e remotamente, devem ser considerados o resultado da avaliação de viabilidade e o desempenho histórico da organização (incluindo reclamações e recalls). Por exemplo, se a avaliação de viabilidade demonstrar que uma auditoria remota é possível, mas há uma preocupação em relação ao desempenho histórico da organização, espera-se que a proporção de tempo consumido on-site aumente.
- h) A duração total da auditoria baseada no cálculo na Parte 3 das regras do Esquema, deve ser cumprida entre a componente de auditoria remota e a componente de auditoria on-site. Quando for necessário arredondar as durações, elas devem ser feitas para cima, para o meio-dia mais próximo, considerando que poderia ser necessário um tempo adicional para realizar a componente de auditoria remota. A duração total da auditoria não inclui as atividades de preparação ou relatórios, e é necessário um tempo adicional para essas atividades, como definido na Parte 3 do Esquema.
- i) Ao compilar o plano de auditoria para a componente de auditoria remota, deve-se considerar as durações adequadas, além de intervalos mais frequentes para melhorar a atenção e reduzir o cansaço visual. Estes intervalos não podem ser contados na duração da auditoria.
- j) Se o tempo for consumido por questões como paralização da rede, interrupções ou atrasos inesperados, problemas de acessibilidade ou outras dificuldades da ICT, este tempo não deve ser contado na duração da auditoria. Deve-se estabelecer provisões para garantir a duração da auditoria.
- k) É recomendável que as componentes de auditoria remota e on-site sejam realizadas o mais próximo possível, mas em todos os casos o prazo máximo para conclusão da auditoria (remota + on-site) não deve exceder 30 dias corridos.
- l) Como exceção e somente no caso de eventos graves como definido pelo Esquema, o prazo de conclusão da auditoria pode ser aumentado até um máximo de 90 dias corridos, com base em um processo de concessão claro e documentado e na avaliação de risco do OC. A avaliação de risco deve considerar os elementos na seção 3 do Documento de Informação (ID, na sigla em inglês) 3 do IAF *Gestão de Eventos Extraordinários ou Circunstâncias que Afetam os OAs, OACs e as Organizações Certificadas*, no mínimo. A prorrogação é permitida somente se a eficiência e a integridade da auditoria não forem comprometidas. Quando forem concedidas autorizações pelo OC e for adotado o prazo

de 90 dias, a avaliação de risco deve ser carregada na Plataforma de garantia, como parte da documentação da auditoria.

- m) Em todos os casos em que a ICT utilizada não funcionar adequadamente ou impedir/dificultar uma auditoria robusta, a auditoria deve ser cancelada e devem ser determinadas as ações de seguimento apropriadas.
- n) Quando ocorre um evento grave depois que uma auditoria via ICT tiver começado, e for necessário torná-la uma auditoria totalmente remota, o OC deve solicitar uma exceção à Fundação. No caso de a exceção ser concedida, o OC deve seguir os requisitos do Adendo de Auditoria Totalmente Remota, incluindo a realização de uma avaliação de risco (consulte Parte 3, Seção 5.10 do Esquema) e é necessário realizar uma nova avaliação de viabilidade para assegurar que a ICT é adequada para executar a auditoria totalmente remota, incluindo a auditoria dos processos de produção.

4.1 APLICABILIDADE

A auditoria via ICT pode ser utilizada nas auditorias anuais regulares FSSC 22000 (auditorias de manutenção e recertificação), como parte do processo de certificação de rotina e é adicional à Parte 3 do Esquema.

A ICT pode ser utilizada nas auditorias de Fase 1, em circunstâncias ou eventos excepcionais, como descrito abaixo, e para as auditorias da Matriz, nas quais as funções corporativas são controladas em separado.

No ano em que deve ser realizada uma auditoria não anunciada, pode-se utilizar a auditoria via ICT descrita nesse Anexo, e ainda assim são válidos os requisitos da Parte 3, seção 5.4 do Esquema. O pré-requisito seria que a componente on-site da auditoria deve ser realizada primeiro, seguida da componente de auditoria remota, com um período máximo de 48 horas entre as duas componentes.

4.1.1 AUDITORIAS INICIAIS

Em circunstâncias ou eventos excepcionais, toda ou uma parte da fase 1 pode ser realizada off-site ou de forma remota via ICT e deve ser totalmente justificada (ISO 22003-1:2022, cláusula 9.3.5). Os objetivos da auditoria de Fase 1, segundo a ISO 17021-1 (9.3.1.2.2), devem ser cumpridos e, para isso, a ICT (isto é, vídeo ao vivo) deve ser incluída também para observar os processos de produção, o ambiente de trabalho e as instalações. O relatório de auditoria da Fase 1 deve indicar que ela foi realizada de maneira completamente remota, que ferramentas ICT foram usadas e incluir a confirmação de que os objetivos foram alcançados.

A auditoria de Fase 2 deve ser realizada como uma auditoria totalmente on-site, em um prazo de 6 meses da Fase 1, ou a Fase 1 deve ser repetida. Não é permitido usar a auditoria via ICT na auditoria de Fase 2.

4.1.2 AUDITORIAS DE MANUTENÇÃO

As auditorias de manutenção anuais podem ser realizadas utilizando uma auditoria via ICT. A auditoria completa (remota + on-site) deve ser concluída no prazo de um ano civil.

Quando for utilizada a auditoria via ICT na primeira auditoria de manutenção após uma certificação inicial, o processo deve ser planejado para garantir que a auditoria completa (remota + on-site) ocorra no prazo máximo de 12 meses, após a data da decisão de certificação da auditoria inicial. Quando a auditoria completa não tiver sido realizada no prazo de 12 meses, o certificado deve ser suspenso.

4.1.3 AUDITORIAS DE RECERTIFICAÇÃO

A auditoria de recertificação pode ser realizada utilizando uma auditoria via ICT. A componente de auditoria remota combinada com a componente de auditoria on-site forma uma auditoria de recertificação completa e ambas as componentes devem ser completadas antes de expirar o certificado existente. Os requisitos na ISO/IEC 17021-1: 2015 – 9.6.3.2 se aplicam.

4.2 PROCESSO DE AUDITORIA

A auditoria (remota + on-site) deve ser realizada por auditor(es) FSSC 22000 qualificado(s), que cumpra(m) com os requisitos de competência relacionados com o escopo de certificação. Em todos os casos, a auditoria on-site deve ser realizada por um auditor líder qualificado FSSC 22000 para a subcategoria. Quando as componentes remota e on-site são realizadas em momentos diferentes por diferentes auditores, o OC deve ter um processo de entrega/comunicação adequado implementado.

4.2.1 COMPONENTE DE AUDITORIA REMOTA

A componente de auditoria remota deve incluir uma análise de documentos e entrevistas com os funcionários chave.

A seguir apresentamos exemplos do que pode ser incluído como parte da análise de documentos realizada durante a componente de auditoria remota:

- Análise de documentos/procedimentos;
- Alterações importantes desde a última auditoria (quando aplicável);
- Recalls de produtos e reclamações significativas;
- Status relativo aos objetivos do SGSA e ao desempenho do processo principal, análise crítica pela direção e auditorias internas.

4.2.2 COMPONENTE DE AUDITORIA ON-SITE

A componente de auditoria on-site serve como a auditoria de verificação da implementação do Sistema de Gestão de Segurança de Alimentos (SGSA), com foco nos processos de produção e no ambiente, além das outras cláusulas que não fazem parte da componente de auditoria remota.

A componente de auditoria on-site deve incluir, no mínimo, a inspeção/verificação física dos PPRs, o teste de rastreabilidade e a implementação do SGSA. O último inclui, mas não se limita, ao sistema HACCP, por exemplo, à operação efetiva dos PPRs, à verificação do diagrama de fluxo do processo, e ao monitoramento e verificação do PPRO e do PCC. Pode ser necessário analisar partes da auditoria remota novamente, para assegurar a implementação dos requisitos.

Todos os requisitos do Esquema devem ser abordados entre as componentes de auditoria remota e auditoria on-site, e serem claramente refletidos nos planos de auditoria, no programa de auditoria e no relatório de auditoria final.

4.2.3 GESTÃO DA NÃO CONFORMIDADE

Quaisquer não conformidades identificadas durante a auditoria (remota e on-site) devem ser abordadas de acordo com os requisitos do Esquema, incluindo classificação e prazos, e deve ser registrada no relatório de NC (consulte o Anexo 2).

- i. Quando as auditorias (remota + on-site) forem concluídas no prazo de 30 dias corridos, um relatório de não conformidade deve ser completado e o prazo de fechamento da não conformidade começa no final da última componente da auditoria. As não conformidades identificadas durante a realização da auditoria devem ser comunicadas à organização em tempo hábil. O OC pode decidir por entregar um relatório de NC provisório à organização, no final da primeira componente da auditoria executada.
- ii. No caso de um evento grave e quando for excedido o prazo de 30 dias corridos para a conclusão da auditoria (consulte a exceção em 3.1 (I)), as não conformidades identificadas na primeira componente da auditoria devem ser registradas e uma cópia do relatório de não conformidade deixado com a organização certificada no final da primeira componente da auditoria. O prazo para o fechamento dessas não conformidades começa no final da primeira componente da auditoria. O relatório de NC produzido após a última componente da auditoria deve conter uma descrição de todas as não conformidades, incluindo aquelas identificadas durante a primeira componente da auditoria, para fornecer um registro consolidado. O prazo para o fechamento das NCs identificadas na última componente da auditoria começa no final da última componente da auditoria.
- iii. Se uma não conformidade crítica for identificada em qualquer momento durante a auditoria (remota ou on-site), o certificado deve ser suspenso e uma nova auditoria on-site completa será necessária para cancelar a suspensão, em um prazo de 6 meses.

As ferramentas ICT podem ser usadas para fechar não conformidades menores e/ou maiores, dependendo da sua natureza e da confiabilidade da ICT. O OC deve ser capaz de demonstrar que os métodos usados são adequados para a ação resultante. As não conformidades críticas requerem uma auditoria de follow-up on-site, em todos os casos.

4.2.4 RELATÓRIO DE AUDITORIA

Um relatório de auditoria é realizado englobando as componentes de auditoria remota e on-site. O relatório de auditoria deve identificar claramente até que ponto a ICT foi usada na auditoria e sua efetividade em cumprir os objetivos da auditoria. O relatório de auditoria deve incluir todas as informações resumidas, conclusões e detalhes das não conformidades das componentes de auditoria remota e on-site, abrangendo todos os requisitos normativos do Esquema e cumprindo os requisitos definidos no Anexo 2 do Esquema. O relatório também deve indicar as datas e a duração das componentes de auditorias on-site e remota, e os auditores envolvidos nas duas componentes.

O pacote de auditoria completa, formado pela documentação da auditoria remota e on-site, deve ser carregado na Plataforma de garantia no prazo de dois (2) meses do último dia da auditoria completa. A Fundação fornecerá instruções separadas sobre o processo e os requisitos para carregar as informações da auditoria e as não conformidades na Plataforma de garantia.

A auditoria de certificação é concluída somente quando as componentes remota e on-site forem concluídas com sucesso. Após a conclusão da auditoria completa (componentes remota e on-site) e uma decisão de certificação positiva do OC, o processo de auditoria é concluído e, quando aplicável, um novo certificado pode ser emitido.

5. EQUIPE DA AUDITORIA

5.1 TESTEMUNHO DOS AUDITORES

Quando as ferramentas de ICT adequadas estiverem disponíveis, esta tecnologia também pode ser usada para o testemunho remoto dos atuais auditores FSSC 22000 qualificados, como parte da manutenção dos requisitos de competência (auditoria testemunhada a cada 3 anos) e do processo de requalificação.

O mesmo se aplica aos auditores FSSC 22000 já qualificados que mudam para outro OC. Quando o novo OC considera que o testemunho remoto é suficientemente robusto, ele pode usar a auditoria testemunhada remota para aprovar o auditor FSSC 22000. O testemunho remoto não está permitido para a aprovação inicial do auditor FSSC 22000 (auditores novos na FSSC 22000).

Em todos os casos, quando as ferramentas ICT remotas forem usadas, o OC deve assegurar que a tecnologia é apropriada e que permite que o observador observe toda a auditoria de certificação da FSSC 22000, incluindo a reunião de abertura, a revisão de documentos, a auditoria on-site e a reunião de fechamento. É necessário que o relatório de auditoria de testemunho reflita claramente que a auditoria se realizou de maneira remota e qual tecnologia remota foi usada. Será necessária uma permissão da organização certificada para realizar a auditoria testemunhada deste modo, e os requisitos de confidencialidade normais se aplicam.

A tecnologia deve ser testada antes e o observador e o auditor devem ser treinados no seu uso, como requerido no IAF MD4. Em todos os casos em que a tecnologia utilizada não funcionar adequadamente ou impedir/dificultar uma auditoria robusta, a auditoria testemunhada deve ser cancelada e as ações de seguimento adequadas devem ser determinadas pelo OC.

5.2 USO DE ESPECIALISTAS TÉCNICOS

É permitido que os especialistas técnicos participem remotamente da auditoria usando ferramentas de ICT, se o OC tiver determinado que as ferramentas de ICT são apropriadas e suficientes para cumprir os objetivos da auditoria e se a organização certificada concordar com a atividade de auditoria remota. A tecnologia deve ser testada antes e o especialista técnico e o auditor devem ser treinados no seu uso, como requerido no IAF MD4. Em todos os casos em que a tecnologia utilizada não funcionar corretamente ou impedir/dificultar uma auditoria robusta, o OC deve propor uma alternativa para garantir que o processo completo da auditoria possa ser concluído ou a auditoria deve ser cancelada.